

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE

O Instituto de Previdência de Dorés do Rio Preto – PREVIDRP, entidade jurídica de direito público, estabelecida através da Lei Municipal nº 522 de 27 de junho de 2000, na modalidade de Órgão Público do Poder Executivo Municipal – Autarquia Municipal, cujo código de atividade econômica adotada é Seguridade Social Obrigatória. Situada na Praça Ellisa Rodolpho Gualandi, nº 159, Centro, Dorés do Rio Preto – ES, CEP 29.580-000. E-mail institucional: previdencia@pmdrp.es.gov.br e telefone 028 3559-1136

A atividade operacional consiste na concessão e gestão de benefícios previdenciários, nos moldes de concessão e manutenção previstas na Lei Municipal nº570/2002 e suas alterações.

As políticas contábeis aplicadas encontram-se dentro das Normas Contábeis Vigentes aceitas, com reconhecimento das provisões a pagar e a receber, mensuração da situação patrimonial, almoxarifado, patrimônio e depreciação. Créditos a receber inscrito em dívida ativa, dentre outros reconhecimentos. Entretanto, ainda não foram reconhecidas as contribuições previdenciárias individualizadas por contribuintes, devido a ausência de segregação de informação advinda dos entes participantes, conforme já ciente a Unidade Central de Controle Interno.

2 - RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES:

As Políticas Contábeis adotadas obedecem às Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Os reconhecimentos dos fatos administrativos possuem considerável celeridade, devido a relação uníssona entre os departamentos e setores da entidade.

É percebido ainda uma estrutura muito reduzida de pessoal, o que tornam as funções nem tanto segregadas. Ainda que, tem observado os princípios basilares contábeis e orçamentários no tocante a organização processual e procedimental para as despesas e receitas do RPPS.

Importante salientar que o estudo de avaliação atuarial tem sido realizado dentro do exercício vigente e seu reconhecimento contábil tem ocorrido dentro do mesmo exercício, tornando a situação patrimonial fidedigna.

3 - DETALHAMENTO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTIDAS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBIES:

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário não consolidado, de órgãos da administração direta e indireta, pode apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois não constitui sua função precípua a arrecadação tributária. O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorés do Rio Preto, por sua vez, não apresentou déficit no período.

Salienta-se também que não foram utilizados saldos de exercícios anteriores a título de superávit financeiro, ademais, foi apurado um superávit orçamentário de R\$1.059.785,68.

Não ocorreu nenhum reaproveitamento e reabertura de crédito especial e extraordinário de exercício anterior.

Não foi utilizado atualizações monetárias no período.

Não há registro de dívida interna ou externa no período, e não ocorreu movimentação de operação de crédito.

Apurou-se um montante de R\$620.575,58 na conta de outras receitas correntes, que se referem aos saldos das seguintes contas: conta 79900111 – Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (Principal), no valor de R\$524.575,36, que fora repassado decorrente de plano de custeio do déficit atuarial; conta 19900311000 – Compensações Financeiras Entre o RG e o RPPS, decorrentes de recebimentos do “COMPREV”, no valor de R\$10.176,39, e conta 19909921 – Parcelamento de Aportes Financeiros decorrente de déficit financeiro dos exercícios de 2018 e 2019, no valor de R\$85.823,83, conforme termo de parcelamento, e Lei Municipal nº 954, de 25/10/2019.

Observa-se que do valor de R\$90.000,00 a título de reserva do RPPS, não foi necessária sua utilização durante o exercício financeiro para fins de remanejamento orçamentário.

Os restos a pagar de exercícios anteriores foram devidamente quitados durante o exercício de 2021, tanto os RPNP no valor de R\$8.800,00.

Balanço Financeiro

Os valores recebidos a título de extra orçamentário em sua essência foram repassados dentro do mesmo exercício, tais como: consignações, empréstimos, retenção tributárias e contributivas e as retenções sociais de sindicato, a exceção dos valores pertinentes a competência de dezembro de 2021, que em sua

maioria são repassados a quem de direito na competência de janeiro do próximo exercício.

Merece destaque, um montante de R\$620.575,58 na conta de outras receitas correntes, que se referem aos saldos das seguintes contas: conta 79900111 – Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (Principal), no valor de R\$524.575,36, que fora repassado decorrente de plano de custeio do déficit atuarial; conta 19900311000 – Compensações Financeiras Entre o RG e o RPPS, decorrentes de recebimentos do “COMPREV”, no valor de R\$10.176,39, e conta 19909921 – Parcelamento de Aportes Financeiros decorrente de déficit financeiro dos exercícios de 2018 e 2019, no valor de R\$85.823,83, conforme termo de parcelamento, e Lei Municipal nº 954, de 25/10/2019.

Destaca-se que os valores inscritos em restos a pagar processados no exercício anterior, foi quitado durante o exercício.

Já os restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2021, no valor de R\$4.500,00, se referem a serviços de terceiros de pessoa jurídica que não foram quitados devido a ausência de documento fiscal no prazo, ou vencimento de boleto com data a posterior. O credor foi: EC2G ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ Nº 28.841.769/0001-51. E por sua vez, foram devidamente quitados neste exercício.

O saldo financeiro de caixa e equivalentes que encerra o exercício de 2021 foi de R\$18.744.572,63, por sua vez confere com o saldo do arquivo TVDISP (termo de disponibilidade financeira), onde pode ser detalhado e individualizado todas as contas.

Destaca-se ainda, que o valor de perdas em aplicação financeira durante o exercício atingiu o montante de R\$2.101.701,92, devido a volatilidade do mercado financeiro motivado pela crise pandêmica mundial dentre outros fatores econômicos. Todavia, foi mantido a política estratégica de investimento pelo comitê de investimento, permanecendo os valores aplicados durante o período, e que gerou parcial recuperação do investimento dentro do exercício financeiro.

Balanço Patrimonial

Pertinente destacar que não houve valores inscritos em restos a pagar processados.

O saldo da conta Demais Obrigações a Curto Prazo, no valor de R\$19.805,17 se refere a desconto de consignação empréstimo Banestes, competência de dezembro de 2021 que quitar-se-á no exercício subsequente.

Os valores de saldos de bens móveis e imóveis conferem com os relatórios apresentados pelo setor de almoxarifado e patrimônio cujo controle é realizado mensalmente.

Destaca-se ainda que os valores de provisão de contribuição previdenciária a receber do Ente Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e demais órgãos, foram repassados dentro do prazo de vencimento não ficando valores em aberto a título de contribuição previdenciária patronal e/ou segurados.

Não há cancelamento de dívida ativa para a unidade gestora.

A depreciação e amortização de bens móveis e imóveis são reconhecidas mensalmente através de controle próprio, apresentadas pelo setor de patrimônio, onde são definidos os parâmetros de vida útil dos bens, valor venal, taxa de depreciação e outros.

Os valores de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo foram atualizados passando de R\$22.125.076,35 para R\$ 24.034.898,28, consoante o estudo atuarial apresentado pela empresa EC2G ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ N° 28.841.769/0001-51.

Vale destacar que, foi firmado termo de parcelamento decorrente de déficit financeiro dos exercícios de 2018 e 2019, conforme termo de parcelamento, e Lei Municipal n° 954, de 25/10/2019, no valor de R\$1.201.533,65 e devidamente inscritos em direito a receber do Ente Municipal.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Não ocorreu redução ao valor recuperável no ativo imobilizado.

O valor de remuneração e pessoal, no valor de R\$212.090,42, se referem as seguintes movimentações com os totais de saldo a débito:

Atributo	Conta Contábil	Sld Anterior Débito	Sld Anterior Crédito	Vir. Débito	Vir. Crédito	Sld Atual Débito	Sld Atual Crédito
	Clique aqui para definir um Filtro						
P	311110122000.P - 13. SALÁRIO	183.323,05	0,00	10.444,67	13.293,32	180.474,40	0,00
P	311210101000.P - VENCIMENTOS E SALARIOS	20.666,25	0,00	2.505,00	0,00	23.171,25	0,00
P	311210121000.P - FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	1.826,54	0,00	0,00	1.826,54	0,00	0,00
P	311210122000.P - 13. SALARIO	6.566,02	0,00	0,00	0,00	6.566,02	0,00
P	311210124000.P - FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	208,75	0,00	0,00	208,75	0,00	0,00
P	311210401000.P - SALARIO CONTRATO TEMPORARIO - LEI 8.745/93	0,00	0,00	1.878,75	0,00	1.878,75	0,00

Merece destaque, o valor de 13° salário de R\$180.474,40 contempla as movimentações para verbas dos aposentados e pensionistas do RPPS.

Demonstrativo da Dívida Fundada

A dívida fundada existente no RPPS, conforme artigo 29, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF LC101/2000) se refere ao reconhecimento dos valores atuariais a serem custeados a longo prazo com benefícios previdenciários concedidos e a conceder.

A atualização ocorrida do valor de R\$22.125.076,35 para R\$24.034.898,28 se refere ao estudo atuarial apresentado no exercício de 2021, com data base de 31/12/2021, fornecido pela empresa EC2G ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ N° 28.841.769/0001-51.

Demonstrativo da Dívida Flutuante

O Demonstrativo da Dívida Flutuante apresenta o valor de R\$4.500,00 pertinente a Restos a Pagar não Processados, sendo: os serviços atuariais contratados pela empresa EC2G ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ N° 28.841.769/0001-51.

Já o valor de R\$19.805,17 se refere a desconto consignação empréstimo Banestes dos beneficiários do RPPS, competência de dezembro de 2021 e que serão repassados no exercício subsequente.

4 - DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não há mais informações a serem apresentadas.

Dores do Rio Preto – ES, 11 de março de 2022

Dalmo Costa Beber
Contador
CRC ES 016170/O-1

José Carlos Nunes de Mello
Diretor Presidente